

# Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX

ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN (\*)

Em 1985 o Pará comemora o Sesqui-centenário do grande Movimento Cabano. O significado profundo dessa revolta popular tem sido discutido até agora. Cremos ser inegável seu conteúdo de classe; as classes oprimidas (os escravos) e marginalizadas (caboclos, pretos forros, mulatos, índios e mestiços) se rebelaram contra o poder e a dominação dos fazendeiros, comerciantes e governantes, estes últimos também, geralmente, proprietários de terra e donos de escravos. Mas é inegável

---

*A autora pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPa.*

(\*) Na origem desse estudo está uma pesquisa feita anos atrás com Jean Hébette. As idéias aqui apresentadas foram discutidas pelos professores do IHEAL e EHEAL, em Paris, Frédéric Mauro e Ruggiero Romano e por colegas da UFPa: Edna Ramos de Castro, Samuel Sá, Maria de Nazaré Sarges Marruaes da Silva e Alphonse Flohic.

também que as lutas dos anos 1820 e 1830 no Pará refletiram uma crise interna à classe dominante, onde se opuseram nativos e reinóis, e nativos entre si. Os maiores latifundiários, apoiados pelos oficiais do exército e da marinha, mantinham-se ferozmente fiéis à metrópole da qual tinham recebido seu *status* e da qual esperavam a manutenção de seus privilégios. Os setores menos aquinhoados do latifúndio, por seu lado, aspiravam a mudanças na esfera do poder, assistiam com satisfação à contestação do Absolutismo e encontravam respaldo em diferentes categorias sociais: nos intelectuais — Felipe Patroni, Inácio de Cerqueira e Silva, Honório dos Santos, os irmãos Vasconcelos, por exemplo; em alguns membros progressistas do clero, como o padre Jerônimo Pimentel, o padre Siqueira e Queiros, e sobretudo o cônego Batista Campos; na juventude — Bernardo de Souza Franco, Manoel Coutinho de Abreu, Marcos Ro-

## ALIANÇAS MATRIMONIAIS

drigues Martins, por exemplo. Esses setores, entretanto, sentiam-se incapazes de provocar mudanças sem o apoio popular. Souberam nuclear e orientar o descontentamento e revolta popular, sem no entanto ligar seu destino ao das classes oprimidas, pois eram também donos de escravos e nem imaginavam meio de ascensão social fora da exploração do trabalho servil. Nenhum deles libertou seus escravos; ao contrário, repartiram entre si aqueles abandonados pelos fugitivos na tomada da cidade de Belém pelos guerrilheiros.

A Cabanagem, porém, surgiu num momento em que o Império já tinha armado seus esquemas de repressão bárbara, graças à contratação de mercenários europeus: comandantes da marinha inglesa, oficiais do exército português e soldados alemães. Os cabanos foram esmagados pela mão sanguinária do brigadeiro Andréa. A fração mais conservadora da classe dominante recuperou seu domínio absoluto, um momento contestado: a fração rebelde teve de reconhecer e acatar essa hegemonia e compor com a fração vitoriosa, para dividir com os inimigos de ontem os privilégios da restauração. Abriam-se novas oportunidades econômicas, notadamente no comércio e no serviço público em pleno desenvolvimento. A camada dominante reestruturou-se em função dessas condições novas e diversificou-se, procurando garantir, em face da crise do sistema escravista, suas formas de reprodução.

Entre essas formas de reprodução, o presente trabalho busca examinar o mecanismo das alianças matrimoniais. Não pretende privilegiá-lo, mas apenas registrá-lo para melhor conhecimento dessa fração da sociedade paraense, aproveitando material de pesquisa anteriormente acumulado. Estudos anteriores chamaram atenção sobre a freqüente recorrência de alguns nomes nas relações de proprietários, comerciantes, ocupantes de cargos públicos e membros de associações. Constatou-se o cruzamento repetido de um número relativa-

mente pequeno desses nomes no círculo restrito da classe econômica e politicamente dominante. Tudo sugeria a existência de um tipo de endogamia de classe, em boa parte dentro da própria sociedade paraense.

Na realidade, não se trata de algo particular àquela sociedade; trata-se de um fenômeno muito comum de uma certa época.

É verdade que, na sociedade moderna, o parentesco e os laços de família perdem cada vez mais sua importância como mecanismos de reprodução econômica e, portanto, de coesão social. Pode-se ver nisso o resultado inelutável do desenvolvimento capitalista, ao longo do qual as relações interpessoais estão de modo cada vez mais generalizado, reificadas, mediadas pela mercadoria e, de forma eminente, pelo dinheiro. A lei inexorável da maximização do lucro que passa pelo cálculo puramente econômico exige no mundo dos negócios modernos uma flexibilidade e uma adaptabilidade nas respostas às oportunidades, pouco compatíveis com a rigidez da estrutura familiar; daí que as sociedades anônimas têm amplamente substituído as empresas familiares ou as sociedades de compadres ou amigos. Persistem, entretanto, vestígios de outros tempos, concretizados nos nomes de Rockefeller, Sears, Rothschild, Schneider ou, mais próximo de nós, Matarazzo. Não faz tanto tempo que os negócios na França giravam em torno das famosas "duzentas famílias". Não se pode, tampouco, desconhecer a importância das relações de natureza entre industriais, financistas, políticos e altos funcionários do aparelho do Estado no processo de acumulação do capital e na construção de impérios econômicos. Não são casuais as relações familiares entre chefes de Estado ou ministros e a alta finança, como foi ilustrado num passado da França com Giscard d'Estaing e Pompidou, ou dos Estados Unidos com os Kennedy; ou entre governantes, civis ou militares e as grandes empresas, como atestam recentes escândalos públicos no Brasil.

O conhecido sociólogo Pierre Bourdieu escreve, em estudo sobre a classe patronal: "É mal necessário relembrar a vigilância e o extremo rigor com os quais as grandes dinastias burguesas administram suas trocas matrimoniais. Citaremos apenas, pelo fato de ali transparecer com particular clareza a vontade de integrar as estratégias de reprodução do grupo familiar e as estratégias de reprodução da empresa familiar, as alianças entre a família Gillet de Lyon.. e a família Motte de Roubaix"(1). Trata-se, para quem desconhece a história econômica da França, de dois pilares da indústria têxtil. O autor cita, a propósito, a recomendação do velho Michelin aos seus descendentes: "Casem entre primos, de maneira que o dote permaneça dentro da família"(2).

Numa tentativa de aproximação mais sofisticada — com uso da computação — do significado econômico-social das alianças familiares, Alain Desrosières estudou o problema da homogamia a partir de dados relativos aos mais ou menos 400.000 casamentos anuais da França(3). A sua hipótese é que "o mercado matrimonial é, com o mercado de trabalho, um dos lugares privilegiados onde se negociam, se transmitem e se 'realizam' (no sentido em que se fala de 'realização' do valor) os diversos tipos de 'herança' de que dispõem os agentes"(4). E chega à conclusão de que "as classes superiores constituem uma rede densa de homogamia" — ao contrário das categorias populares, o que, segundo o autor, reforça a hipótese da correspondên-

cia entre rede de homogamia e estrutura do capital.

Essa era nossa hipótese quando passamos, quase que casualmente, a nos interessar pelas alianças matrimoniais na alta sociedade paraense do século XIX. Queríamos conhecer de mais perto esses segmentos da sociedade que influenciavam economicamente a vida regional e serviram de elo de ligação entre os interesses econômicos extra-regionais e extranacionais e a economia amazônica. Diante da extrema escassez de informações diretas sobre a acumulação local de capital e sobre o poder econômico da província do Pará, consideramos virtualmente esclarecedor um estudo de alianças matrimoniais, como revelador da concentração da riqueza e do poder.

No Brasil-Colônia, a base da riqueza era a propriedade fundiária transmitida por herança e protegida pela instituição do morgado. As alianças matrimoniais se faziam em função da propriedade da terra. No século XIX, porém, com o desenvolvimento do comércio e com a maior integração à economia mercantil, a forma monetária da riqueza começa a concorrer com a forma imobiliária. As alianças passam então a depender em grau menor da propriedade fundiária. Embora revestida de prestígio social inferior, a riqueza mobiliária torna-se importante para, inclusive, o próprio sustento do grande latifúndio; ela permite até adquirir títulos mobiliários que compensam, do ponto de vista do *status* social, a fragilidade do título imobiliário. Constata-se, portanto, um deslizamento da base econômica sobre a qual é assegurada a reprodução das grandes famílias e em torno da qual se articulam as alianças matrimoniais.

É precisamente essa época de mudanças que se afirmam nos anos 20 e transpassam o período imperial que pretendemos abranger para descrever algumas das

(1) BOURDIEU, Pierre & SAINT MARTIN, Monique. *Le Patronat. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. (20-21): 18, mars-avril 1978.

(2) *Ibidem*, p. 18

(3) DESROSIÈRES, Alain. *Marché Matrimonial et Structure des Classes Sociales. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. (20-21): 97-110, mars-avril 1978.

(4) *Ibidem*, p. 97.

famílias que formaram a classe socialmente dominante no século XIX e examinar suas alianças matrimoniais sob o ângulo de sua reprodução social.

As limitações são muitas — começando pela penúria, a fragilidade e o caráter incompleto da documentação, pelo menos da documentação organizada e acessível. Aliás, não se trata apenas de fragilidade, mas também, às vezes, de informações contraditórias ou, pior, erradas. Podemos até ter pessoalmente incorrido em alguns desses erros por impossibilidade de conferir em fontes originais toda a documentação. Baseamo-nos na literatura clássica relativa à história do Pará, bastante conhecida, e, sobretudo, na crônica social dos jornais da época<sup>(5)</sup>. Será evidentemente impossível, nesta contribuição, citar em cada caso a referência.

### As Grandes Famílias no Tempo da Independência

Tomamos como ponto de partida temporal deste estudo as lutas de independência. Esperamos assim contribuir um pouco para o conhecimento das forças sociais — no caso a classe localmente dominante — que se enfrentaram no conflito, situando cada protagonista no seu contexto. Pensamos, inclusive, em sistematizar elementos esparsos que permitam entender melhor o melancólico, ou melhor, o trágico desfecho da guerrilha cabana. Será, então, mais fácil entender como a comunidade básica de interesses das diversas frações da classe escravagista suplantou as suas, mesmo que profundas, divergências internas.

(5) Os jornais pesquisados foram: *Diário do Gram-Pará* (1875, 1883, 1885, 1886), *A Constituição* (1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1883), *Província do Grão Pará* (1877, 1883, 1886), *Diário de Notícias* (1883, 1886), *Diário de Belém* (1874, 1876, 1877, 1886), *O Jornal* (1875), *O Liberal do Pará* (1874, 1875, 1877, 1878, 1883, 1884, 1885, 1886), *O Democrata* (1887).

Distinguiremos nessa classe dominante três segmentos bastante discerníveis, embora nem sempre perfeitamente separáveis: proprietários fundiários, militares e comerciantes.

### Os Proprietários Fundiários

Entre as famílias que formavam a classe dominante no Pará, no século XIX, e a perpetuaram até aproximadamente meados do século XX, se destacam as famílias latifundiárias. Descendiam de militares, funcionários e colonos que tinham conseguido sesmarias nos tempos coloniais, a sua permanência no Pará não remontava geralmente, na época da Independência, a mais de duas ou três gerações. Os antepassados tinham-se instalado no estuário do rio Amazonas, ao longo dos afluentes principais que formam a baía de Guajará, próximo ao porto de Santa Maria de Belém, que os mantinha em contato com os mercados de Portugal. Na ilha de Marajó, contemplados com as fazendas expropriadas das antigas ordens religiosas (Jesuítas e Mercedários, expulsos do Pará em 1758 e 1794, respectivamente), tornaram-se criadores de gado. A ordem régia que regulamentava a distribuição dessas terras estabelecia que deveriam ser contemplados, por prioridade, oficiais militares e casais provenientes do Reino e instalados no Pará<sup>(6)</sup>. Na região dos rios Guamá, Acará, Moju e Capim, desenvolveram plantações de cana e engenhos de fabricar açúcar e aguardente. No Tocantins, principalmente nas proximidades de Cameté, exploraram o cacau em forma de extrativismo e de cultivo.

A base da riqueza dessas grandes famílias era, além da terra, a mão-de-obra escrava, vinda da África, e a mão-de-obra indígena, semi-escravizada. Ambas eram às vezes utilizadas lado a lado, como se vê

(6) ANNAES da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Pará, Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904. Tomo Terceiro, p. 150-59.

na fazenda de José Calixto Furtado, no rio Capim, segundo relata o viajante Alfredo Russel Wallace<sup>(7)</sup>. Em geral, porém, os índios e mestiços (tapuios) se prestavam com dificuldade ao trabalho rigidamente controlado das fazendas. Os proprietários aproveitavam-nos na colheita dos produtos da floresta, as "drogas do sertão", que comercializavam comprando-as dos índios e caboclos a preço mínimo, nas beiras de rio, e revendendo-os a preço alto nas cidades. Na sua respectiva área, esses fazendeiros, donos dos meios de produção, eram ao mesmo tempo os detentores do poder político (bastante reduzido) das Câmaras Municipais e de outro poder mais importante, o militar, pois eram capitães ou coronéis de Milícias, de Ligeiros ou da Guarda Nacional. O Diretório dos Índios, e mais tarde, formas compulsórias de enquadramento dele adaptadas como o Corpo de Trabalhadores, colocavam praticamente de graça uma mão-de-obra dita "livre" à disposição desses proprietários.

A ata da reunião das autoridades civis e militares e de "muitos cidadãos probos" que resolvem aderir à Independência do Brasil, no dia 11 de agosto de 1823, leva a assinatura de alguns desses grandes proprietários da província do Pará. Lê-se os nomes de Theodósio Constantino de Chermont, Manoel José Cardoso, Ambrósio Henrique da Silva Pombo, João Felipe Pimenta, o major Francisco Marques d'Elvas Portugal.

Na verdade, a grande maioria deles não tinha apoiado as primeiras lutas de Independência. Entretanto, com a chegada de Greenfell, às ordens do almirante Lorde Cochrane, convenceram-se de que o partido mais seguro era aderir ao irresistível movimento nacional. Nessa adesão, manifestaram apenas seu oportunismo, sem abdicar de seu conservadorismo. Ao longo dos vinte anos que se seguiram à Independência

e que foram anos de lutas sociais muito acirradas, encontramos-os sistematicamente do lado dos representantes mais reacionários da ordem antiga e dos governos mais autoritários. Quando em 1831 os filantrópicos paraenses solicitaram o afastamento do comandante das Armas, o repressor brigadeiro Francisco José de Souza Soares d'Andréa, esses proprietários se juntaram para mantê-lo em sua função, criando um Corpo de Voluntários liderado por um deles, Marcos Antonio Rodrigues Martins, jurando "cooperar a prol da inviolabilidade da Constituição. não duvidando, se for necessário, derramar seu sangue em defesa dela, da ordem e da segurança pública"<sup>(8)</sup> Eram assinados: Ambrósio Henriques da Silva Pombo, João Florêncio Henriques da Silva Pombo, João Florêncio Henriques de Pinho, Antônio Gonçalves Ledo, José Antônio de Miranda, Theodósio Constantino de Chermont, Antônio Lacerda de Chermont, Francisco d'Elvas Portugal e diversos representantes das famílias Ayres, Carneiro, Rodrigues Martins e Pimenta. Durante a Cabanagem, foi um deles, o tenente-coronel Marques d'Elvas Portugal, que assumiu o comando do Corpo de Voluntários de Dom Pedro II colocado a serviço do marechal Manoel Rodrigues para ajudá-lo a restabelecer a ordem<sup>(9)</sup>. A nobreza dos seus sentimentos não correspondida muito à vileza de suas ações. Muitos deles viviam de contrabando, do comércio de armas, do tráfico de escravos. Falando da fazenda abandonada do falecido Barão de Jaguarari, Ambrósio Pombo, o viajante Kidder escrevia em 1840: "As varandas, os corredores, as salas e a capela eram habitados por alguns escravos e enorme quantidade de morcegos. Mesmo na decadência

(7) WALLACE, Alfredo Russel. *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939, p. 138.

(8) RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1, p. 155.

(9) RAIOL, Domingos Antônio. *Op. cit.*, v. II, p. 730.

## ALIANÇAS MATRIMONIAIS

em que se achavam, lembravam, ainda, as festas e as orgias dos que, guindados por fortunas mal adquiridas, ingressaram na aristocracia do Grão-Pará”(10).

(I) A família POMBO era, sem dúvida, uma das mais ricas e poderosas da província. Joaquim Clemente da Silva Pombo tinha sido ouvidor da Comarca do Pará e, como tal, tinha integrado a Junta de Sucessão Provincial que assumiu o governo de 1810 a 1817. Por seu casamento com Maria José do Carmo Henriques, tinha-se tornado proprietário da ilha Mexiana, situada ao norte do arquipélago do Marajó e propriedade outrora da Santa Casa de Misericórdia. Da ilha, fazia-se tráfico de gado para Cayena. Em 1820, segundo notícia de Antonio Ponte de Almeida Pinto, Pombo “foi decapitado no mar por um cruzeiro de piratas que infestavam as costas” — o que o autor interpreta como castigo divino pelas perseguições que tinha feito ao bispo Dom Manoel de Almeida. O seu filho Ambrósio Henriques da Silva Pombo, também fazendeiro e comerciante, possuía de 8 a 10.000 cabeças de gado; chegou a ser, em 1830, o primeiro membro da nobreza paraense, sob a denominação de Barão de Jaguarari, originada de sua fazenda do rio Moju.

(II) A família CHERMONT tinha chegado ao Pará no fim do século XVIII. De ascendência francesa, tinha como um dos seus ancestrais um engenheiro do rei da França. O coronel Theodósio Constantino de Chermont, nascido em Portugal, veio ao Pará a serviço da Metrópole para participar de uma missão de demarcação das fronteiras e aqui se fixou. Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira(11), era um

dos oito grandes plantadores de arroz do Pará. Seu filho, por nome também Theodósio Constantino, casou com Inês Michaela Ayres de Lacerda, filha de Antônio Miguel Ayres.

(III) Essa família AYRES possuía fazendas em Marajó, nos rios Arari, Moções e Jurupuca. O primeiro da família a se radicar no Pará foi o mestre de campo José Miguel, mandado buscar de Portugal para iniciar o cultivo do anil, em 1728. Um certo Pedro Miguel consta também dos oito rizicultores mencionados por Alexandre Rodrigues. Uma irmã de Inês, Maria Francisca Ayres de Lacerda era casada com João Felipe Pimenta.

(IV) Quanto à família CORREA DE LACERDA, possuía na fazenda do Carmo, em fins do século XVIII, 36.000 cabeças de gado.

(V) Convém ainda lembrar a família FRADE, proprietários da fazenda e engenho São Marçal, no rio Arari em Marajó. Florentino da Silveira Frade tinha sido Inspetor Geral da ilha em meados do século XVIII, ocasião em que se beneficiou com nada menos do que quatro sesmarias(12).

(VI) Os ROZO CARDOSO era outra família de fazendeiros de Marajó. O coronel Anastácio José Cardoso era dono da fazenda Bom Jardim onde nasceu, em 1797. seu filho Marcelino José que fez estudos de Medicina em Coimbra; em 1831, poucos anos após sua volta da Europa, este foi colocado na presidência da província pelo grupo restaurador que depôs o presidente legal Bernardo da Gama, Visconde de Goiana. Foi deputado provincial em 1838 e 1839 e de 1844 a 1846, sendo presidente da Assembléia em 1838.

(10) KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo, Itatiaia, 1980, p. 191.

(11) FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, s.d., p. 132-37.

(12) HURLEY, Jorge. *Ilha Grande de Joanes*. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 2: 262-330, 1952.

(VII) Nessa deposição, exerceu um papel decisivo Marcos RODRIGUES MARTINS, cuja família se distinguiu em todos os acontecimentos da Independência. Era uma das mais antigas da região e, na época, seus representantes já eram da quarta ou quinta geração. O brigadeiro João Antônio Rodrigues Martins, avô de Marcos Antônio, era negociante e proprietário dos engenhos Mocajuba, Utinga e Murucutu. Do ancestre Antônio Martins, descendia Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, propagandista-mor da Independência. Marcos Antônio foi condenado como participante do golpe independentista de 14 de abril de 1823, juntamente com o avô materno, José Amândio de Oliveira Pantoja; conseguiu, então, refugiar-se nos Estados Unidos, de onde voltou para se tornar o chefe do partido conservador Caramuru, ao lado de seu parente, o tenente português Francisco Marques d'Elvas Portugal.

(VIII) No Tocantins, a família de maior destaque era a MORAES BITTANCOURT. A família paraense remontava ao mestre de campo João de Moraes Bittancourt, que comprou em hasta pública, em 1773, o engenho Jaguarari que tinha pertencido aos jesuítas. Poucos anos após repassou-o a Ambrósio Henriques da Silva Pombo. Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira, o mestre de campo trabalhava com 179 trabalhadores entre negros e índios; seu filho Hilário, que tinha abandonado o cultivo de cana para se dedicar à exploração do cacau, detinha 109 trabalhadores, e um outro filho, João Maria de Moraes, possuía 64 (13). Em 1790, uma declaração de Hilário localiza nos seus campos uns trezentos mil pés de cacau(14).

---

(13) FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, p. 386.

(14) CORRESPONDÊNCIA de Diversos com o Governo. N.º 263, Anos de 1790/1799. Documento N.º 1. Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, registra-se a concessão de sesmarias a um certo número de famílias de segundo nível, como os MALCHER. As grandes famílias possivelmente não viam com bons olhos a emergência de fazendeiros concorrentes.

Entre essas mais novas e as mais antigas famílias ia se desenvolver uma acirrada luta na época da Independência e nos anos posteriores, tanto mais que as grandes propriedades foram ameaçadas com a abolição da velha instituição do morgado. Pior do que isso, a escravatura tonava-se escassa e os proprietários queixavam-se de sua falta. Não convinha, portanto, ampliar a demanda.

### Os Militares

Os elementos conservadores da sociedade paraense encontraram apoio decidido nas fileiras dos oficiais da marinha e do exército, na sua maioria portugueses, principalmente os oficiais de 1.ª e de 2.ª linha e os da artilharia. Existia nessas armas uma hierarquia muito marcada, que distanciava oficiais superiores e subalternos. Estes, não raro, se colocaram do lado dos revoltosos, ao contrário dos seus superiores.

Entre os oficiais superiores de carreira, presentes nas lutas de Independência e fixados no Pará, encontramos: os capitães-de-mar-e-guerra da armada José Joaquim da Silva e Pedro da Cunha, o ex-oficial de marinha João Coelho de Abreu, o marechal Rodrigues Martins, o tenente-coronel José Antônio Nunes, do corpo de artilharia, o major Gaspar Leitão da Cunha e o sargento-mor Antônio Ladislau Monteiro Baena.

(IX) O capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim da SILVA, natural de Portugal, fez da segunda Junta Provisória, eleita em março de 1822, em virtude do decreto de 29/09/1821, que instituíra no Brasil governos independentes do Rio de Janeiro. No

## ALIANÇAS MATRIMONIAIS

Pará, essa Junta foi composta exclusivamente por portugueses, sob a presidência do médico Antônio Correa de Lacerda. Julgada excessivamente moderada, ela foi derrubada em 1823 por um golpe dos portugueses radicais, adversários da autonomia brasileira.

(X) O major Gaspar LEITÃO DA CUNHA, do 2.º regimento da 1.ª linha era paraense, filho do capitão de fragata Manoel Gonçalves da Cunha, transferido em 1780 da praça de Mazagão na África para Mazagão no atual território de Macapá, juntamente com outras famílias daquela praça. Era casado com Maria Antônia da Fonseca Zuzarte, oriunda igualmente de Mazagão. Um dos filhos, Ambrósio, se tornaria deputado provincial de 1848 a 1852 e geral em 1855 e de 1860 a 1870, juiz em 1854, chefe de Polícia em 1859, desembargador, presidente das províncias de Paraíba, de Pernambuco, do Maranhão e da Bahia, senador a partir de 1870, ministro do Império do Ministério Cotegipe em 1885, sendo agraciado pelo título de Barão de Mamoré.

(XI) Quando o general das armas, José Maria de Moura recusou aderir à Independência contra a decisão do Conselho, em agosto de 1823, foi substituído no comando pelo marechal Manoel MARQUES. Chegado ao Pará em 1803 à frente do regimento de Estremoz, este se prestigiou pela conquista de Cayena, que lhe valeu a patente de marechal. Era, em 1823, inspetor geral das tropas de primeira linha. Tinha casado com a filha do segundo cônjuge do brigadeiro João Antônio Rodrigues Martins, com a qual teve o filho Francisco que passou a se chamar Francisco Marques d'Elvas Portugal. Dessa expedição a Cayena participou o tenente-coronel José Antônio Gonçalves Nunes, comandante do corpo de artilharia. No fim de abril de 1823, abandonado por seus subalternos foi morto pelos revoltosos.

(XII) O major Antônio Ladislau MON-

TEIRO BAENA pertencia também ao corpo de artilharia. Mandado no comando de uma expedição naval para reprimir uma revolta em Cametá no ano de 1827, deixou precipitadamente suas tropas durante os combates; condenado na época pela Justiça Militar, foi posteriormente reabilitado. Dedicou-se aos estudos da história do Pará e publicou em 1838 o *Compêndio das Eras da Província do Pará*.

(XIII) Em 1835 registra-se o pedido de asilo de José COELHO DE ABREU, a bordo da corveta portuguesa Elisa surta no porto de Belém. Ex-oficial da marinha portuguesa passado para a arma de artilharia e, posteriormente, para a comissão de demarcação de limites, tornou-se proprietário. Foi alvo do ódio dos nativos, que mataram vários de seus parentes no explodir da Cabanagem. Refugiou-se, então, por alguns anos em Portugal, donde voltou para recuperar suas propriedades.

A riqueza dos militares e outros funcionários públicos não repousava principalmente no soldo que recebiam da Coroa e que muitas vezes nem chegava ou chegava atrasado; repousava sobre o poder decorrente de sua função. Esse poder não somente lhe permitia dispor a bel prazer da mão-de-obra indígena, como também incluir nas suas posses os bens apreendidos em ações militares. Greenfell, por exemplo, fez questão de levar todas suas presas antes de deixar o Pará e brigou com o governador do Maranhão para levar as que tinha deixado naquela província. Brigas houve também, segundo Ciro Flamarion Cardoso, entre os conquistadores de Cayena em relação à divisão das presas de guerra<sup>(15)</sup>.

O viajante Kidder escreve, a respeito do governo repressor de Andréa, que "uma das mais vergonhosas culpas lança-

---

(15) CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 155.

das sobre ele e seus oficiais foi a de que, abusando de sua autoridade, saqueou cidadãos inocentes e prolongou, deliberadamente, a guerra a fim de atingir seus inconfessáveis objetivos"(16).

## Os Comerciantes

Durante toda a época colonial, Belém atuou como entreposto de um importante comércio de "drogas" ao ponto de Spix e Martius poderem escrever: "Gaba-se Belém de primar sobre todas as outras cidades do Brasil quanto ao número de artigos de exportação, e, de fato, montam a não menos de 14. São: açúcar, cachaça, melado, café, cacau, baunilha, algodão, bálsamo de copaíba, estopa, alcatrão, copal, tatajuba (guriúba), finas madeiras de marcenaria (como muirapinima), jacarandá, pau-violeta ou pau da rainha, pau-cetim), madeiras de construção, fumo, piaçaba, salsaparrilha, tapioca, arroz, goma (tanto raiz da mandioca, quanto de outros tubérculos), borracha (da seringueira), favas de pixurim, favas de cumaru, tamarinada, cravo de Maranhão (. . .), anil, urucu, castanhas do Maranhão e pequenas quantidades de canela, cravo da Índia, noz-moscada, guaraná, carajuru e âmbar"(17). Nos anos anteriores à Independência, contava-se uma média anual de cem navios no porto. Este, por sua vez, estava ligado com toda uma rede de cidades e vilas onde se recolhiam os produtos da floresta. Entre os portos fluviais mais importantes destacavam-se Santarém, Óbidos e Cameté. Em cada um deles estavam estabelecidas casas comerciais, muitas pertencentes a cidadãos portugueses. Como nas outras regiões do País, estes monopolizavam o comércio e enriqueciam às custas dos extratores, de tal modo que se havia acumulado contra eles, por parte dos nativos, um forte ressentimento.

Esse rancor se manifestou através das violências que marcaram os cinquenta anos após a Independência. De 1822 até 1835, muitos foram injuriados e ameaçados a ponto de boa parte fugir e se retirar para Portugal; vários foram mortos, como Francisco Côrrea em Cameté e Miguel Antônio Pinto Guimarães em Santarém. No relatório que o capitão-de-fragata Isidoro Francisco Guimarães, expedido para proteger os cidadãos portugueses no Pará, dirigiu à Corte de Lisboa em 1835, declara que, de 1823 até aquela data, 800 portugueses teriam sido "assassinados pelos brasileiros e pelas gentes de cor"(18). Nos anos 70, o movimento dos Tribunais constituiu-se numa retomada dessa hostilidade. Mesmo assim, os brasileiros natos não conseguiram ao longo do século arrancar-lhes o domínio comercial. Henri Coudreau, o explorador francês que pesquisou na Amazônia, ainda observava em 1882 que o comércio era dominado pelos portugueses; existia entre eles, segundo aquele autor, uma grande solidariedade econômica(19). Faltava aos brasileiros o capital necessário para se lançarem num comércio de algum porte. Os que entre eles tinham negócios de certa importância eram filhos de portugueses.

(XIII) Entre as famílias de comerciantes que sobreviveram a perseguições, encontramos Joaquim Francisco DANIN, dono de uma olaria com muitos escravos, mais tarde retomada pelo filho Júlio César; podemos ainda relacionar a família (XIV) do comendador Francisco Gaudêncio da COSTA, cônsul de Portugal durante a Cabanagem, e do seu irmão Eduardo.

(XV) Ao lado deles, a família LARQUE. De origem francesa, migrada para Portugal e de lá vinda, estabeleceu-se em

(16) KIDDER, Daniel P. *Op. cit.*, p. 216.

(17) SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, C.F.O. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Melhoramentos/IHCB/MEC, 1976. v. III, p. 26.

(18) RAIOL, Domingos Antônio. *Op. cit.*, v. III, p. 1020.

(19) COUDREAU, Henri. *Les Français en Amazonie*. Paris, Librairie Picard-Bernheim et Cie, 1887, p. 193-94.

Cametá, onde negociava também outro português, (XVI) Francisco Custódio CORREA. Este destacava-se por sua fidelidade ao reino de Portugal e seu conservadorismo. Foi nomeado em 1822 Promotor da Liberdade de Imprensa, eufemismo que designava a censura à nascente imprensa — e fez parte da Junta eleita sob a influência do golpe antiindependência do primeiro de janeiro de 1823, juntamente com os elementos mais reacionários do Pará. Vítima do ressentimento dos nativos, Francisco Custódio foi morto na revolta de Cametá em 1826. Foi sucedido nos negócios pelo filho João Augusto, que desenvolveu importante intercâmbio comercial com a Europa, praticando inclusive o comércio de escravos. Associou-se com o cunhado, José Joaquim de Freitas. O comércio de Francisco Custódio era bastante próspero para mandar seu filho Angelo Custódio estudar direito na Europa; tendo obtido a maior votação como deputado provincial, este foi empossado presidente da Província em 1835, após o assassinato do presidente Lobo de Souza pelos Cabanos; exerceu de novo o mesmo cargo na qualidade de vice-presidente em 1850 a 1855, foi deputado provincial de 1844 a 1852 e deputado geral em 1838-39 e 1853-55.

Ao lado dos comerciantes portugueses negociavam no Pará alguns comerciantes franceses, britânicos e americanos. Duas casas francesas tinham-se estabelecido no Pará após a abertura dos portos determinada por Dom João: a casa Barreau e a casa Crouan. Michel BARREAU possuía uma oficina de cutelaria; era casado com Anna Nogueira, irmã do caudilho Eduardo Angelim, chefe cabano. Donatien Barreau tornou-se um dos comerciantes mais considerados da província, mantendo-se durante seis anos na presidência da Associação Comercial. Foi gerente da casa Crouan, que monopolizava o comércio do cacau, levando-o nos seus próprios navios para sua matriz em Nantes (França), centro produtor de chocolate e confeitaria. Os Crouan, após alguns anos de residência, voltaram para a França muito ricos,

deixando no Pará seu sobrinho, Denis-Culère, para administrar a casa.

A história da Cabanagem menciona um outro francês, Henrique Carlos Rhossard, preso juntamente com Cabanos na fazenda de Malcher; embora condenado a sair da Província, fixou-se nela até sua morte.

### As Alianças

Passada a fase mais aguda da Cabanagem, começam a se reestruturar na província os poderes do Estado e a se ampliar a administração pública. Seus quadros oferecem oportunidades diversificadas para os brasileiros e para os filhos das famílias portuguesas que se tinham fixado no País. Cria-se, portanto, uma categoria, nova pela sua importância, de agentes do aparelho de Estado, que aprofunda sua coesão através de alianças homogâmicas. Surgem famílias de funcionários, magistrados, políticos. Observa-se ao mesmo tempo a abertura das famílias latifundiárias para novas alianças, principalmente com esses clãs de funcionários. Os filhos de grandes proprietários, formados nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, passaram quase necessariamente a servir ao Estado, o principal empregador e cliente numa sociedade onde a maioria da população vivia fora dos circuitos monetários. Por outro lado, a dificuldade de abastecimento em escravos pesava muito sobre a produção agropecuária, afetando portanto a renda dos fazendeiros. Conforme escreve o vice-cônsul da França, em 1848, "faz muito tempo que o tráfico negreiro não se pratica mais nessa província onde os serviços, seja da agricultura, seja da navegação são quase totalmente executados por índios"(20). Tornava-se, de tal sorte, bastante precária a reprodução da classe latifundiária, o que estimulava as alianças com outras categorias sociais.

(20) CORRESPONDÊNCIA Consular e Comercial. 1840-1864. Tomo II. Belém, Pará — Brasil. Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — França. P. 237. De 30 de novembro de 1848.

Uma das mais bem-sucedidas famílias dentro do aparelho de Estado foi a do capitão José Joaquim da SILVA e de Maurícia Josepha Michaela da Gama Lobo. Filhos e genros dedicaram-se à vida pública. Um deles, José Joaquim da Gama e Silva, casou com a filha do conselheiro Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo, chefe de esquadra; foi administrador das rendas e inspetor do Tesouro de 1852 a 1881. Mas foi através de suas filhas Ana Cândida, Maria José e Maria Josepha que o capitão se prestigiou, pois lhe deram por genros nada menos do que um visconde e dois barões.

Ana Cândida uniu-se a um membro da família Malcher de Monte Alegre, o médico José da Gama Malcher, vereador e presidente da Câmara Municipal de Belém, deputado provincial e vice-presidente da província, chefe do partido liberal. Desse casamento nasceram, entre outros, José Joaquim da Gama e Silva Malcher, funcionário da Alfândega do Pará; Josephina, que esposou o major José de Carvalho Serzedelo; Ana Cândida, consorte de um comerciante importante da praça, o tenente-coronel João Gualberto da Costa e Cunha, diretor do Banco Comercial do Pará com o qual teve uma filha, mais tarde mulher de José Brício da Gama e Abreu, neto materno de José Coelho de Gama e Abreu.

Maria Josepha da Gama casou-se com Bernardo de Souza Franco. Filho do comerciante Manoel José Franco, Bernardo tinha-se envolvido nos motins de 1823; preso e deportado para Lisboa, voltou ao Pará e foi estudar direito em Olinda. Presidente da Província após a ditadura do general Andréa, de 1839 a 1840, e posteriormente das províncias de Alagoas e do Rio de Janeiro, elegeu-se deputado geral em 1838 e de 1843 a 1852. Assumiu o Ministério da Fazenda em 1848 e em 1857. Nomeado senador a partir de 1855 e conselheiro do Império em 1871, ganhou o título de Visconde em 1872.

Maria José da Silva não foi menos bem-

sucedida do que sua irmã. Viúva de Luis Francisco Colares, contraiu segundas núpcias com Ambrósio Leitão da Cunha. Uma das filhas do casal, Ambrosina, casou com o conde de Nova Friburgo, Bernardo Clemente Pinho Sobrinho. Sua irmã Maurícia uniu-se ao juiz municipal, delegado de polícia e desembargador no Pará, Abel Graça, presidente dessa província em 1870. Outra, Izabel, consorciou-se com o advogado José Rodrigues Pereira Jr., procurador fiscal do Tesouro da Fazenda Geral na Corte. Ambrósio Leitão da Cunha, aliado e amicíssimo do chefe do partido Conservador paraense, o cônego Siqueira Mendes, deputado geral e senador, gozava de grande influência no Pará. Apoiado nessa amizade e no respaldo profissional de seus filhos e genros, envolveu-se em alguns negócios, como a instalação de um Engenho Central pela Sociedade Açucareira do Grão-Pará e, sobretudo mas sem grande sucesso, na construção de duas estradas de ferro, a de Bragança, no Pará, e a de Madeira-Mamoré, no Amazonas; na implantação desta, faleceu um filho seu, o engenheiro Pedro da Cunha. Essa iniciativa, em parte pública, em parte empresarial, valeu ao senador Ambrósio o título de Barão de Mamoré. A filha do primeiro casamento de Maria José da Gama e Silva, Luisa Amélia Colares casou-se primeiro com um descendente da família Pombo, o negociante Ambrósio Pombo Campbell, e em segundas núpcias com o engenheiro Miguel Ribeiro Lisboa, filho do Barão de Japurá e neto do famoso conselheiro José Antônio Lisboa, o grande financista.

O médico Marcelino José CARDOSO tinha-se consorciado com uma moça da família Roso, provavelmente a própria irmã do coronel José de Araujo Roso, primeiro presidente da província em 1824. Uma filha do casal uniu-se ao empresário coronel José Joaquim Francisco de Araujo Danin; deles nasceu Adélia Danin, que esposou Jayme Pombo da Gama Abreu, neto de José Coelho de Abreu.

Outra filha de José Marcelino, Jacinta

## ALIANÇAS MATRIMONIAIS

Maria, casou-se com o capitão Manoel José de Mello Freire Barata, oriundo de uma grande família de fazendeiros de Marajó. Tiveram uns dez filhos, entre os quais destacamos o historiador Manoel de Mello Cardoso Barata, 2.º vice-governador do Pará em 1889, senador federal em 1890, 1897 e 1903, que era casado com Maria Amélia de Chermont; o major Antônio Marcelino, funcionário do governo, intendente de Monte Alegre, casado com Fabrina de Magalhães, ambos avós do célebre governador paraense Joaquim Magalhães Barata; Jacinta, casada com o negociante francês Paul Mouraille, que comerciava com Iquitos, no Peru; Francisca, esposa do comerciante Fernando Engelhard; enfim, Joana, mulher de Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, engenheiro do governo.

Quando voltou de Portugal o ex-oficial de marinha José Coelho da GAMA E ABREU, garantiu a seu filho homônimo as melhores condições de vida; "os meios que possuía já o habilitavam a viver de seus rendimentos", diz o seu panegerista no *Diário do Grão-Pará*, "mas odiando a ociosidade foi ser professor de matemáticas no Lyceo, até que o nomeassem diretor das obras públicas da Província" Partilhou sua vida entre estadias no Pará e em Portugal e viagens pela Europa e pelo Oriente Médio. Participou da vida parlamentar como deputado provincial e deputado geral de 1867 a 1870; exerceu a função de diretor do Tesouro Provincial do Pará; assumiu a presidência da província do Amazonas de 1867 a 1869 e do Pará de 1879 a 1881. Intendente de Belém de 1891 a 1893, elegeu-se senador estadual. Era um dos chefes do Partido Liberal. Ganhou o título de Barão de Marajó. De sua consorte, Maria Pombo Brício, neta do desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo e filha do II.º Barão de Jaguarari, teve por filhos: Jayme Pombo, José Brício, Alcília, Esther e Maria. Todos fizeram casamentos bem-sucedidos em famílias ligadas ao Partido Liberal. Esther entrou na grande família Chermont, por seu enlace com Francisco Leite Chermont,

filho do Visconde de Arari. Jayme e Maria foram recebidos na família Cardoso Danin: o primeiro, unindo-se a Adélia Danin e a segunda a Victor Cardoso Danin. Alcília uniu-se ao comerciante Luis de La Roque, enquanto José Brício tomava por cônjuge Ana Malcher da Costa e Cunha, neta de José da Gama Malcher e filha do comerciante João Gualberto, secretário do Banco Comercial.

Do enlace do coronel Theodósio Constantino de CHERMONT e de Inês Antônia Michaela Ayres de Lacerda conhecemos apenas dois filhos: Antônio e Ignez Lacerda de Chermont, ambos grandes latifundiários. Não encontramos traços do casamento de Antônio Lacerda de Chermont, Visconde de Arari. Sabemos que sua prole distinguiu-se na política republicana do Pará. Ele teve por filhos: Justo Leite, Francisco Leite, Ignez e Maria Emília. As filhas honraram os ideais partidários da família, Ignez casando com Teotônio Raimundo de Brito, deputado provincial e federal, de 1894 a 1897 em substituição ao cunhado Justo e, novamente, de 1912 a 1918; Maria Emília consorciou-se com Manoel Barata, filho, como mencionado acima, do capitão Manoel José de Mello Freire Barata e de Jacinta Maria Cardoso, filha do Dr. Marcelino Cardoso. Francisco Leite Chermont, desposou Esther Pombo da Gama e Abreu, filha do Barão de Marajó. O mais destacado membro da família, Justo Leite Chermont, fez parte da Junta Provisória, e tornou-se primeiro governador nomeado no Pará na era republicana, de 1889 a Chermont, fez parte da Junta Provisória, e tornou-se primeiro governador nomeado no Pará na era republicana, de 1889 a 1891; foi ministro das Relações Exteriores em 1891 e senador em 1894. Era casado com Augusta Assis, filha de Joaquim José de Assis. Este Assis era mineiro, vindo ao Pará em 1855 como secretário do governo do presidente Rego Barros. Criou o Partido Liberal pelo qual foi deputado provincial no Pará e deputado geral representando o Mato Grosso. Fundou em 1876 o jornal *A Província do Pará*, do qual foi

diretor. Dirigia uma empresa de navegação

Quanto à filha de Theodósio Constantino de Chermont, Ignez Antônia Michaela Chermont, casou-se com o comendador Antônio José de Miranda. Tiveram por filhos: Vicente, Inês, Floripes e Amélia. O primeiro, Vicente Chermont de Miranda, foi estudar na Bélgica e casou-se com uma moça nobre daquele país, Carolina de Ghyssehair, enquanto Inês esposou o Dr. Francisco Accácio Corrêa, natural de Cametá, Barão de Guamá. Floripes entrou na família Pombo pelo casamento com o tenente-coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, neto do desembargador Joaquim Clemente e de Maria José do Carmo Henriques. Aliou-se desta maneira com os descendentes de Marcos Antônio Brício, brigadeiro do exército, genro do desembargador. Marcos Brício, maranhense, havia herdado as propriedades da família Henriques e o título de Barão de Jaguarari, pelo falecimento do cunhado Ambrósio, 1.º Barão de Jaguarari. Foi deputado geral pelo Ceará de 1826 a 1829 e pelo Pará de 1845 a 1847. Entre seus descendentes, registramos o Dr. Jayme Pombo Brício e Carlota Brício, esposa do já referido José Coelho, Barão de e transporte de gado em Marajó onde tinha-se casado com a filha de um fazendeiro, Brites de Faro. A irmã de Brites, Tereza, houve de suas primeiras núpcias com Ignácio da Silva Arantes um filho, Augusto, que tomou o nome de seu padasto, Jonas Montenegro, e se tornou governador do Pará de 1901 a 1909.

Marajó. Voltamos pois com esses para a família Chermont, mediante o casamento, também já mencionado, de Esther da Gama e Abreu com Francisco Leite Chermont. Pelo casamento de Luiza Amélia Colares, filha de Maria José da Gama e Silva, as famílias Gama e Silva e Leitão da Cunha articularam-se também com os Pombo.

A família do major Agostinho BRANDÃO DE CASTRO aliou-se a duas famílias importantes do Pará: os Rodrigues Martins e os da Costa. Acreditamos ser o major Brandão de Castro o armador cujo

navio foi apreendido em 1821 pelos ingleses na costa da África, carregado de escravos, conforme informa o vice-cônsul da França<sup>(21)</sup>.

Uma das filhas do major, Maria Emília, contraiu matrimônio com José Joaquim Rodrigues Martins, filho do brigadeiro João Marcelino Rodrigues Martins e de Josepha Florêncio de Oliveira Pantoja e irmã do líder conservador Marcos Antônio. A família Castro Martins, filhos e genros, dedicou-se aos negócios. A filha Rita matrimoniou-se com o importante negociante Frederico Pond, da Casa Samuel G. Pond & Cia, a quarta em importância na exploração da borracha em 1882. Quanto a Maria Emília, outra filha, tornou-se mulher de João Augusto Ribeiro Malcher, neto do chefe cabano Felix Antônio Clemente Malcher e filho de João Diogo, deputado provincial em diversas legislaturas de 1852 a 1879. Inimigos no tempo da Cabanagem, as famílias reconciliaram-se na prática do comércio.

Os filhos José Antônio e Emílio Adolpho foram os mais bem-sucedidos. Emílio era despachante da Alfândega e nessa condição intermediava o comércio internacional da Amazônia no tempo da borracha. Nos anos 80, a casa comercial Martins & Cia. colocava-se no quinto lugar na exportação da borracha e no primeiro lugar dos exportadores nacionais. Emílio era casado com uma moça da família Ferreira Leal, Maxima, cuja irmã era esposa do gerente da Companhia de Navegação do Amazonas, Manoel Antônio Pimenta Bueno, filho do empresário e ministro José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente.

O major Brandão deu em casamento sua outra filha, Ana Michaela, ao comendador coronel Francisco Antônio da Cos-

(21) CORRESPONDÊNCIA Consular e Comercial. 1821-1843. Tomo I. Belém-Pará — Brasil. Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — França. De 8 de junho de 1822.

## ALIANÇAS MATRIMONIAIS

ta, fazendeiro e chefe político de Abaetetuba. A família toda destacou-se no Partido Conservador. A filha Ana Augusta desposou o conselheiro Samuel Wallace Mac Dowell, brilhante advogado, deputado geral pelo Pará de 1881 a 1883 e ministro da Marinha e da Justiça, de 1885 a 1887 no Gabinete Cotegeipe, do qual participou também Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré. Um dos filhos do coronel Francisco Antônio, o major Frederico, entrou numa grande família de fazendeiros da ilha de Marajó, tomando por esposa Delfina Silveira Frade, enquanto o irmão, major Rodrigo Augusto esposou Valeriana Souza da Silva Castro, filha do conhecido médico Francisco da Silva Castro, nascido em 1815 numa família de negociante português e eleito deputado provincial em diversas legislaturas de 1844 a 1855. Por esse casamento, o major Rodrigo tornou-se cunhado de dois outros empresários prósperos, genros do Dr. Silva Castro: o banqueiro Nicolau Martins e o político conservador, Antônio Pinheiro, dono do *Diário do Pará*.

Dentro da esfera dos interesses comerciais portugueses realizaram-se alianças entre as famílias Laroque e da Costa. O pai da Costa, cujo nome ignoramos, era casado com Ludovina Magdalena de Lima Nery. Dois filhos do casal esposaram membros da família Laroque: Emília casou com Luiz e Mathilde com Henri. São, entretanto, os filhos Francisco Gaudêncio e Augusto Eduardo, que se destacaram. Estavam entre os maiores negociantes da praça. Quando se criou, em 1864, a Associação Comercial sob a presidência de Manoel Antônio Pimenta Bueno, filho do Marquês de São Vicente, e gerente da Companhia de Navegação do Amazonas (Amazon River Steam Navigation Cy) do Barão de Mauá, Augusto Eduardo foi eleito para a primeira secretaria; em 1869 e 1870 assumiu a presidência, enquanto Francisco Gaudêncio era vice-presidente em 1865 e 1868, subindo para a presidência em 1872, 73 e 74 e novamente em 1886, 87 e 88. Francisco Gaudêncio era

casado com Carlota Brício. Da união de Mathilde e Henri de La Roque nasceram João Luiz, que tomou por esposa Alcília Abreu, e Henri Jr., que matrimoniou-se com Carlota, filha do conselheiro Tito Franco de Almeida, advogado, jornalista, deputado geral pelo Pará em 1859, de 1864 a 1866, de 1878 a 1881 e em 1889, e conselheiro do Estado em 1882.

## Conclusão

As alianças entre famílias que acabamos de descrever representam, certo, uma amostra muito parcial da alta sociedade paraense; seria fastidioso estendê-la além desses limites. Pode-se até questionar a representatividade dessa amostra, uma vez que ela resulta do aproveitamento de um material recolhido para outros fins, como já fizemos questão de frisar, e não de uma pesquisa sistemática para tal voltada.

Acreditamos, entretanto, que os exemplos estudados permitem vislumbrar como essas famílias têm conseguido se consolidar na época crítica do I.º e ao longo do II.º Reinado, antes do *boom* da borracha. Como está bastante ilustrado, essas alianças mostram como a classe localmente dominante chegou a superar as divergências e oposições efêmeras dos anos da Independência e esquecer-se de seus excessos de violência.

A exploração da borracha modificou profundamente o panorama social da Província e estimulou o aparecimento de *nouveaux riches* e a emergência de novos grupos ligados ao comércio. A classe alta criada nos anos anteriores dentro do aparelho de Estado, envaidecida com seus títulos nobiliários de quinquilharia, não parece ter contraído muitas alianças com esse segmento dinâmico da sociedade. Muito pouco respondeu aos estímulos da economia capitalista no sentido da acumulação; não criou negócios no Pará. Durante muito tempo conseguiu se manter em destaque nas colunas sociais, mas seu ver-

dadeiro poder acabou diluindo-se numa sociedade aceleradamente dominada pelos negócios. Hoje, seus representantes subsistem apenas como símbolos, sempre muito

honrados e respeitados, de tempos findos. Talvez seja isso, a consagração pelo tempo do heróico sacrifício do anônimos guerrilheiros cabanos.